

Manifesto da comunidade acadêmica ligada à Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Música – ANPPOM – Artes e Humanidades.

Nós, abaixo assinados artistas, estudantes e professores universitários manifestamos nosso desagravo e crítica para com as ideias publicadas do editorial do jornal O Estado de São Paulo, 19 jan. 2013, intitulado “O ‘Ciência sem Fronteiras’” (Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,o-ciencia-sem-fronteiras-.986117,0.htm> Acesso em: 28 jan. 2013), apresentando as posições do *Tribunal Regional Federal (TRF) da 5.ª Região* e do Sr. Ministro Aloizio Mercadante contra a liminar *concedida pela Justiça Federal cearense* para a inclusão de cursos da área de Ciências Sociais no programa “Ciência sem Fronteiras” que busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional.

O editorial acaba tratando também das respectivas discordâncias e atitudes forçadas de demais áreas que, sendo também ciência, lutam pela viabilidade de suas pesquisas, no caso os 20 cursos de ciências sociais que procuraram amparo nos recursos do programa Ciência Sem Fronteiras. O nome do programa se apresenta hoje em contradição, já que lida com fronteiras conceituais muito claras. O discurso que questiona essas fronteiras foi silenciado de maneira violenta e imponderada, razão pela qual julgamos necessária uma manifestação. Ao invés de amplo e multifacetado, o Conceito de Ciência foi usado de forma imprópria, pois restringe o significado a apenas alguns setores do conhecimento: se a ciência começa com a percepção sensorial, observações, medições, experimentações e hipóteses, e termina no conhecimento intelectual como um todo. Por essa razão, o editorial apresenta uma visão limitada que poderá ser responsável pela continuação do extraordinário desequilíbrio no desenvolvimento intelectual de uma sociedade gigantesca como é a brasileira. Desenvolvimento desequilibrado não é desenvolvimento, como temos podido experimentar durante séculos de história no Brasil. Nossa discordância representa a indignação para com a visão restritiva por parte de pessoas que comandam as ações oficiais do Estado Brasileiro e o apoio da imprensa para com tal ignorância.

O primeiro aspecto a ser observado é o equilíbrio de ações de financiamento e estratégias abrangentes que equalizem os recursos públicos. Nesse sentido, não é verdade que “... nas humanidades, o Brasil já tem uma expressão bastante grande”, como alega o Ministro Mercadante. Essa avaliação prescinde de consulta aos acadêmicos das diversas áreas e acaba justificando um investimento muito maior em pesquisa nas áreas de ciências exatas e biológicas, cuja prioridade não é consenso fora dos interesses (corporativos, por que não, neste caso?) dessas áreas específicas. A afirmação em questão, além de desautorizar a opinião dos especialistas ligados às demais áreas, e em nosso caso às humanidades, também acaba desautorizando a autonomia acadêmica, ao permitir que uma decisão de fomento sofra intervenção de um tribunal de justiça. Tal avaliação cabe aos próprios acadêmicos e profissionais das áreas e os responsáveis diretos pela administração dos recursos. Além disto, não foram citadas subáreas de “Ciências Humanas” como Filosofia, Geografia, História, Sociologia, tampouco subáreas de Linguística, Letras e Artes. Há uma redução como área de prioridade em Ciências Humanas a Administração de Empresas e Economia. Trata-se de um campo de interesse direto da iniciativa privada, cujo aplauso parece ser o maior critério para aprovar políticas de financiamento. Porém, administrar se refere a lucro e funcionalidade de estratégias de autogestão monetária. O próprio conceito de

“conhecimento” em Administração é definido em termos de utilidade para a viabilidade pecuniária das iniciativas empresariais. Dar por resolvida a questão por ser o programa elogiado “pela iniciativa privada” sem uma consideração dos interesses desse setor é aceitar um corporativismo no mínimo equivalente ao que acusa o autor do editorial do Estado de São Paulo. É desconsiderar valor e propósito do pensamento que inclua, supere e critique os modelos de gestão de capital, que podem ou não ter a ver com cultura e conhecimento. As pressões das diversas comunidades acadêmicas são tão legítimas quanto as de qualquer outra instância da sociedade.

Optar por um lado, nesse caso, confirma o velho senso comum que afirma não interessar ao governo ter cidadãos pensantes e críticos, mas operadores servis e ignorantes dóceis às manobras políticas e – estas sim – corporativistas dos setores com mais poder dentro da difícil relação governo-setores privados.

É sabido que um país desenvolvido é um país com forte atividade cultural e amplo debate de intelectuais nos diversos setores sociais. O hospital Albert Einstein, de São Paulo mantém uma orquestra de cordas formada por seus médicos. Cientistas como Werner Heisenberg e Albert Einstein tocavam, respectivamente, órgão e violino. O brasileiro José Leite Lopes era também pintor. É bastante questionável pensar se teriam sido tão geniais em suas áreas, se os projetos e produções dessas pessoas e instituições teriam sido tão bem sucedidos se não tivessem mantido em seu horizonte, como um todo, o patrimônio cultural e intelectual disponível em seu tempo. O que possibilitou esse acesso foi uma estrutura de interesse coletivo equilibrado, distribuído entre orquestras, músicos, pintores, escritores, filósofos, professores, arquitetos, ao lado dos engenheiros, administradores, agentes ferroviários, marceneiros, metalúrgicos, garis e todos os demais setores, visando um crescimento em conjunto. As descobertas desses físicos foram usadas para fomentar a guerra e a morte em massa justamente por militares e estrategistas que compreendiam pouco do que significa a herança cultural e humana. No entanto, é esse desequilíbrio que o governo pretende sustentar, com o aval da grande imprensa representada por este jornal.

O governo não “acertou ao lançar um programa que reduz a distância entre as universidades brasileiras e as estrangeiras mais conceituadas nas áreas de conhecimento estratégicas para o desenvolvimento do País”, ele simplesmente privilegiou um setor. Não repudiamos esse apoio. Urge, no entanto, repensar essa postura para com as outras áreas do conhecimento produtivo: artes, filosofia, história, comunicação, ciências sociais são tão ou mais importantes para o desenvolvimento intelectual de uma nação quanto *ciências exatas e biológicas*. E esse desenvolvimento intelectual é o que realmente nos distinguiria de escravos, máquinas ou animais. Além disso, não há também déficit de profissionais qualificados em Ciências Humanas, (a Educação está em Ciências Humanas), Ciências Sociais, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Agrárias, Linguística, Letras e Artes? Que indicadores demonstram o contrário?

Lamentamos a atitude de desclassificar as vozes em desacordo como “pressões corporativistas”. Ora, qual é a diferença entre desacordo democrático, argumentação participativa e interesse corporativo? Não poderíamos acusar os setores de ciências exatas e biológicas (incluindo as engenharias), que estão sendo cada vez mais beneficiados, como corporativos? O que faz com que eles sejam tratados como prioritários e os outros como chorões e interesseiros? A resposta tem que ser dada ao

esclarecer a ênfase que o governo pretende estabelecer e ao tipo de desenvolvimento a ser privilegiado.

Acreditamos ser necessário que o fomento seja equilibrado na direção das demais ciências humanas e das artes. Acusar essa posição de corporativismo é defender uma política manca, míope e restritiva sobre o que significa desenvolvimento, é expor a própria ignorância, é compactuar com o obscurantismo que nos mantém distantes dos demais países desenvolvidos **TAMBÉM** em áreas como cultura, escolarização. Acreditamos que essas distâncias sejam tão grandes, ou até maiores, do que as existentes nas áreas privilegiadas pela declaração unilateral deste editorial.

Ao jornal OESP, à Comunidade: ANPPOM, professores, estudantes de artes, filosofia e a quem mais possa interessar.